

Características deliberativas da conversação de brasileiros sobre a descriminalização do aborto a partir do caso argentino

*Deliberative characteristics of brazilian conversations about the
decriminalization of abortion from the argentinian case*

*Características deliberativas de la conversación de brasileños sobre la
despenalización del aborto a partir del caso de Argentina*

—

Carla Candida RIZZOTTO

Universidad Federal de Paraná (UFPR) - Brasil

carla_rizzotto@yahoo.com.br

Luciane LEOPOLDO BELIN

Universidad Federal de Paraná (UFPR) - Brasil

lucianebelin@gmail.com

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación

N.º 147, agosto-noviembre 2021 (Sección Monográfico, pp. 47-68)

ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X

Ecuador: CIESPAL

Recibido: 15-08-2019 / Aprobado: 10-07-2021

Resumo

Este artigo se propôs a discutir a repercussão do debate sobre a descriminalização do aborto na Argentina nas redes sociais brasileiras, a partir da análise de 3207 comentários em postagens no Facebook das fanpages dos jornais El País, Estadão e O Globo. A partir da teoria da deliberação e por meio de uma análise de conteúdo, este artigo identificou nos comentários a manifestação das variáveis posicionamento, tipo de pensamento, turno da fala, tema, forma, racionalidade, fonte, estratégia retórica e recursos argumentativos. Os resultados apontam polarização e altos índices de conflito. Há predominância de comentários racionais, porém, a principal fonte de justificação são as vivências e valores pessoais.

Palavras-chave: descriminalização, aborto, deliberação, conversações online.

Abstract

This article proposed to discuss the repercussion the debate about the decriminalization of abortion in Argentina in Brazilian social networks from the analysis of 3207 comments in Facebook posts of the newspapers' *fanpages* El País, Estadão and O Globo. Based on the theory of deliberation, through a content analysis, this article identified in the comments in question the manifestation of the variables positioning, type of thought, speech shift, theme, form, rationality, source, rhetorical strategy and resources arguments. The results point to a strong polarization and high levels of conflict. There is predominance of rational comments, and the main source of justification are personal experiences and values.

Keywords: decriminalization, abortion, deliberation, online conversations.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir la repercusión en las redes sociales brasileñas del debate sobre la despenalización del aborto en Argentina a partir del análisis de 3207 comentarios en publicaciones de Facebook de las páginas de los periódicos El País, Estadão y O Globo. Basado en la teoría de la deliberación y a través de un análisis de contenido, este artículo identificó la manifestación de las variables posicionamiento, tipo de pensamiento, cambio de discurso, tema, forma, racionalidad, fuente, estrategia retórica y recursos argumentativos. Los resultados apuntan a la polarización y los altos niveles de conflicto. Predominan los comentarios racionales, pero la principal fuente de justificación son las experiencias y valores personales.

Palabras clave: descriminalización, aborto, deliberación, conversaciones online.

1. Introdução

À medida que a internet evolui e novas ferramentas de comunicação online surgem e se reestruturam, as características das interações que ocorrem nestes espaços também se alteram ativamente. Se o campo da comunicação ainda batalha para compreender as dinâmicas de meios de comunicação mais antigos, quando se trata das trocas e interações que ocorrem tendo a internet como cenário —especialmente as redes sociais digitais— o campo ainda engatinha. Uma fatia importante dos pesquisadores que encontraram nas conversações online seu objeto de análise tem pautado suas investigações numa linha que se baseia na tradição de pesquisa em deliberação, conceito derivado do conceito habermasiano de esfera pública (Habermas, 1984).

Sejam interpessoais, ao vivo, ou mediadas pelo computador, as conversações cotidianas são, para a corrente de pensamento deliberacionista, indispensáveis para a produção de decisões coletivas, ainda que não sigam uma série de critérios normativos que cercam a ideia de deliberação (Mansbridge, 2009; Benhabib, 2009; Maia, 2008). No caso das conversações online, mais do que apenas ferramentas que possibilitam a comunicação de maneira mais acelerada e com alcance mais amplo, as redes sociais digitais agregam certas affordances aos debates (Bucher & Helmond, 2018), como, por exemplo, a possibilidade de anonimato dos usuários ou a presença de moderadores nos espaços.

Quais são essas affordances, quais os critérios deliberativos e que características perpassam essas conversações online são aspectos que vêm sendo debatidos nas últimas duas décadas, em pesquisas que visam identificar estes pontos. Sampaio, Barros e Morais (2012, p. 479), mapearam critérios que as pesquisas da área entendem como relevantes para a deliberação, listando elementos como justificação racional da argumentação, reciprocidade, pluralidade, reflexividade, respeito e igualdade como os que mais são discutidos pela pesquisa sobre conversações online. Em revisão sistemática da pesquisa em deliberação online, Friess e Eilders (2015) sugerem que, além dos critérios normativos de inclusão, igualdade, ausência de poder e conflito, pesquisas empíricas perceberam que critérios como sincronicidade, anonimato, moderação, empoderamento, divisão de trabalho e justificação das informações são importantes na deliberação online, bem como racionalidade, interatividade, igualdade, civilidade, referência ao bem comum e construtividade.

Estas são apenas algumas das características que marcam o tipo de comunicação que acontece em espaços de conversação e deliberação online, de maneira geral. Contudo, interessa também ao campo aprofundar a compreensão desses fenômenos quando se trata de temáticas que, embora cotidianas, são entendidas como polêmicas ou polarizadoras, já que acionam aspectos emocionais, religiosos ou ligados a crenças e valores pessoais, como é o caso da discussão sobre o aborto, por exemplo.

Historicamente, a discussão acerca da interrupção voluntária da gravidez desperta conflitos entre os grupos que defendem a descriminalização com base no direito da mulher sobre seu próprio corpo e os que utilizam argumentos religiosos, morais e filosóficos acerca do início da vida humana. Frequentemente, há nos interlocutores uma postura de negação do diálogo. A troca de razões a respeito do assunto possui particularidades que a distinguem daquelas que ocorrem acerca de temáticas mais próximas a decisões políticas formais. Os interlocutores não apenas se engajam na elaboração de argumentos acerca do conteúdo, mas também articulam aspectos identitários na construção de suas estratégias comunicativas (Black, 2009; Young, 2001).

Dessa forma, as conversações online sobre aborto são o objeto de análise deste artigo, que tem como recorte o debate sobre o tema que se deu em um período importante para a história do Brasil, o contexto pré-eleitoral brasileiro do ano de 2018, período em que a descriminalização do aborto esteve em discussão no Brasil, na Argentina e na América Latina de maneira geral. Buscamos responder a seguinte questão de pesquisa: como se caracterizaram as conversações online em comentários do Facebook sobre o tema da descriminalização de aborto no contexto de votação da pauta na Argentina, em 2018?

Esta pergunta de partida se justifica no próprio contexto histórico vivido por Brasil e Argentina naquele período. Em 14 de junho de 2018, uma decisão inicial favorável à descriminalização tomada pela Câmara dos Deputados argentina levou o debate ao Senado. Em 09 de agosto, a maioria dos senadores foi contra a descriminalização. Na época, a votação instigou o debate sobre o aborto em toda a América do Sul. No período em que este processo ocorria na Argentina, o Brasil, por exemplo, apresentou alguns dos maiores picos do ano nas buscas na web e de notícias que utilizavam o termo “aborto”.¹ Embora o começo do mês de agosto correspondesse também ao período em que era realizada no Brasil uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da mesma temática, a votação na Argentina iniciou quase dois meses antes e manteve o assunto em pauta, permitindo que a mídia e a opinião pública em geral traçassem paralelos entre as situações de ambos os países. A descriminalização terminou por ser aprovada na Argentina em 2020 e, em 24 de janeiro de 2021, entrou em vigor no país a Lei 27.610, a Lei de Acceso a la Interrupción Voluntaria del Embarazo (IVE), ou Acceso à Interrupção Voluntária da Gestação, que obriga o país a oferecer cobertura integral e gratuita para mulheres que decidirem por realizar o aborto até a 14^a semana de gestação. No Brasil, contudo, o direito ao aborto legal seguiu impedido, salvo em casos de gestação fruto de estupro, risco de morte para a mãe e anencefalia do feto.

Entre os jornais que repercutiram as votações realizadas no parlamento argentino, foram selecionados três para embasar esta análise: El País Brasil, Estadão e O Globo, que somaram 35 postagens em suas respectivas fanpages

1 Google Trends, pesquisa por período e região. Disponível em <https://bit.ly/3iCTGgi>. Acesso em 21/07/2021.

do Facebook onde compartilharam notícias sobre o caso argentino. Essas postagens obtiveram 13.979 comentários dos usuários dessa rede social, todos coletados para compor a população do artigo em tela.

Empregando a metodologia de Análise de conteúdo, analisamos uma amostra dessa população formada por 3.207 comentários selecionados aleatoriamente. As variáveis foram elaboradas com base na literatura sobre deliberação e conversação online, a saber: o tipo de pensamento contido no comentário (social, metaconversação ou problema); o turno da fala; o tema (estrutural, relacional ou off topic); a forma (declaração/afirmação, ponto de vista oposto, esclarecimento, questionamento, proposição de solução, chamada para ação ou estabelecimento de conflito); a justificação expressa da opinião; a fonte da justificativa; as estratégias retóricas (propositiva, sedutora, ético-moral e crítica) utilizadas enquanto alternativa ao discurso racional; e os recursos argumentativos (ameaça, sarcasmo, analogia, narração e insulto) acionados pelos usuários (Dryzek, 2007; Mansbridge, 2007; Young, 2001).

Os resultados apontam para uma forte polarização presente no debate, com razoável nível de estabelecimento de conflito e manifestação insulada da opinião tanto dos favoráveis quanto dos contrários à descriminalização. Verificou-se que há mais racionalidade nos comentários favoráveis do que nos contrários à descriminalização, bem como foi possível perceber que, de maneira geral, os comentários apresentam justificativas para as opiniões expressas. Os aspectos visualizados na análise permitem observar como ocorre o engajamento dos indivíduos no debate online, contribuindo assim para uma compreensão mais ampla do comportamento dos usuários da internet em pautas polêmicas como o aborto e oferecendo bases para futuros estudos sobre o tema.

2. Deliberação e conversações online

Agente importante para o avanço de pautas políticas institucionais dentro de um regime democrático, a deliberação acontece mesmo distante das arenas convencionais de tomada de decisão e pode ser protagonizada por indivíduos comuns, sem cargos políticos oficiais. Não à toa, esse fenômeno comunicacional se tornou pauta da pesquisa em Comunicação e Ciência Política, de forma que a teoria deliberativa é hoje uma linha consolidada de investigação.

A característica deliberacionista que marca os regimes democráticos é interpretada como um instrumento tão importante quanto o voto nos sistemas representativos, não apenas pelo fato de que decisões em menor escala, tomadas em assembleias e reuniões comunitárias, a título de exemplo, passam pela deliberação pública. A relevância da deliberação também reside no impacto que estes processos têm até mesmo em decisões como a de “em quem votar” durante o período eleitoral.

A deliberação se coloca como uma espécie de “reforço” aos mecanismos políticos convencionais, uma que, embora já exista desde o próprio surgimento

da democracia, vem agregando características muito particulares ao todo, em um momento marcado pela onipresença das redes de comunicação online.

A teoria da democracia deliberativa é uma teoria normativa que sugere modos através dos quais podemos intensificar a democracia e criticar as instituições que não satisfizeram o padrão normativo. De modo específico, essa teoria afirma ser um modo mais justo e verdadeiramente democrático de lidar para o pluralismo do que modelos agregativos ou realistas de democracia. Assim, ela começa por se afastar dos entendimentos individualistas liberais ou econômicos de democracia, indo em direção a uma visão ancorada nas concepções de *accountability* e discussão. (Chambers, 2009, p. 241)

Segundo Habermas (1995, p. 48), a proximidade entre o voto e o debate é uma característica vital de qualquer regime democrático e ambas devem ter condições de existir independentemente, num espaço com troca livre de informações, partindo das instituições e dos sujeitos, e que essa troca deve resultar em transformações políticas ou sociais diretas, sem que necessariamente alcance as instâncias decisórias do poder público.

Há, no entanto, diferenciações entre a deliberação na forma como Habermas a conceitua, ou seja, seguindo critérios normativos, e o tipo de troca de opiniões políticas que ocorre na informalidade, em conversações cotidianas. Bächtiger et al. (2018, p. 3) reconhecem a impossibilidade de que os ideais da democracia deliberativa sejam alcançados na prática, na totalidade das democracias, mas reforçam a qualidade “aspiracional” dessa, no sentido de que a democracia deliberativa oferece um norte, um ideal ou padrão a ser perseguido quando se fala em democracia. A deliberação é compreendida aqui como um processo de debate racional focado em buscar ou discutir soluções para um problema, não necessariamente buscando o consenso (Stromer-Galley, 2007).

As conversações cotidianas, por sua vez, podem fornecer subsídios para a proposição das deliberações formais no âmbito governamental. Se, como apontado por Mansbridge (2009) a conversação cotidiana é uma parte fundamental do sistema deliberativo, o tipo de troca que ocorre entre os sujeitos envolvidos pode contribuir para o agendamento da discussão em outras instâncias ou para a formação de opinião dos demais participantes da conversação em questão.

Quando em uma troca informal, as manifestações são baseadas em suas próprias opiniões, experiências e visões de mundo. Não há, necessariamente, a demanda por uma solução ou pela ação direta e institucionalizada, e, por vezes, nem mesmo a intenção de que haja uma mudança. A deliberação pode ser, segundo Mansbridge (2009, p. 209) “quase puramente expressiva”.

Para Marques (2011), a conversação cotidiana pode ser compreendida sob o guarda-chuva da deliberação, de forma que a primeira pode se desdobrar para um processo deliberativo e, portanto, com viés mais decisório, alcançando instâncias mais formais ou institucionais.

Nas duas últimas décadas, uma fatia importante das conversações cotidianas tematizadas em torno de pautas políticas acontece na internet, que se tornou um relevante ambiente de discussão e acesso à informação. Parte do que antes se discutia em ambientes informais e de descontração foi transplantada para as arenas conectadas da internet, onde essa conversação assume novas características, proporcionadas pela forma como esses espaços são construídos ou desenhados —pensando em organização das telas— e pelo impacto que tem sobre os indivíduos o fato de estarem se comunicando com alguém que não está fisicamente à sua frente.

Essa mudança de ambiente permitiu aos sujeitos alcançarem interlocutores aos quais antes não tinham acesso. Ali, “os cidadãos conversam a respeito de seus interesses e necessidades, desenvolvendo assim não só laços afetivos de empatia e proximidade, mas também retomando e reformulando constantemente códigos de pertencimento e união” (Marques, 2011, p. 19).

O amplo alcance destas redes contribui para validar a importância de compreender as características do processo de conversação cotidiana nestes espaços. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)² apontam que, em 2019, a internet era utilizada em 82,7% dos domicílios brasileiros das grandes regiões. Em 2020, os brasileiros passaram, em média, 10h08min navegando na internet pelo smartphone, de acordo com o relatório Digital Global Overview Report.³ Deste período, quase um terço é gasto navegando pelas redes sociais: 3h42min. Dentre as redes sociais que se destacam, o Facebook se sobressai com alcance de 120 milhões de usuários ativos somente no Brasil, país que é corresponde ao 4º maior público consumidor do site no mundo.⁴

Como um espaço relativamente aberto de discussão, o Facebook se posiciona como um ambiente comunicacional online adequado à realização dos mais variados tipos de debates e conversações, dado à interação, em que os usuários podem compartilhar informações, manifestar opiniões mesmo sem serem provocados ou reagir a informações postadas por terceiros, algo que faz das redes sociais online como o Facebook espaços “de forte caráter discursivo e interativo”, conforme apontam Maia et al. (2015, p. 503).

Os usuários desse ambiente possuem o controle sobre a própria participação e uma autoidentificação pautada principalmente por motivações pessoais. Essa especificidade do Facebook possibilita que as conexões dos participantes com os outros usuários, que pertencem à sua rede de relacionamentos, sejam mais fortes e duradouras. Isso tende a estimular a autoexpressão e a afirmação da identidade.

Ao descrever os principais mecanismos de funcionamento do Facebook e de que forma influenciam os usuários, as autoras dizem que é possível assumir que os mesmos se comportam seguindo as regras de uso do site, seja em termos

2 Governo Federal. Disponível em <https://bit.ly/3kEsp3>. Acesso em 21/07/2021.

3 Digital Global Overview Report. Disponível em <https://bit.ly/2W8AIXI>. Acesso em 21/07/2021.

4 Tecmundo. Disponível em <https://bit.ly/2TrFZlp>. Acesso em 21/07/2021.

de garantir o debate, seja no uso dos espaços mais adequados para cada tipo de intervenção. Ao mesmo tempo em que é possível encontrar grupos que pensam de maneiras similares, contudo, também há conflito e diferentes maneiras de lidar com opiniões e posturas divergentes das suas.

Além do tipo de organização do espaço em páginas, comunidades e linhas do tempo, o assunto que está em pauta também afeta o tom da conversa e o tipo de interação que ocorre entre os usuários do Facebook. No Brasil, firmou-se a prática de utilizar as redes sociais para a manifestação de opiniões políticas, seja em comunidades fechadas, seja em áreas abertas e públicas da plataforma. O que é discutido no Facebook termina por agendar os debates que ocorrem para além da plataforma, nas ruas e também nas arenas políticas convencionais.

Essa movimentação no sentido de inserir nas redes sociais assuntos antes reservados às conversações interpessoais não mediadas por meios digitais obriga os usuários a articularem suas opiniões e pensamentos em geral na forma escrita, mas sem necessariamente criar a necessidade de que proponham soluções para os problemas discutidos. Quando realizadas em plataformas online, as conversações sobre temas políticos, cotidianos ou não, agregam ainda outras características do debate, que variam de acordo com o espaço em que se situam dentro da plataforma, como os grupos ou postagens de páginas.

2.1 O debate sobre aborto

Embora exista uma vasta literatura dedicada a discutir a temática do aborto voluntário, provenientes de áreas do conhecimento como a sociologia, a psicologia, a filosofia e a saúde, não será possível aprofundar neste artigo os aspectos que caracterizam esta temática e que o tornam um tópico tão polarizado, tanto no universo acadêmico, quanto na esfera pública. Nosso objetivo, aqui, é analisar as abordagens dadas à questão da descriminalização pelo público comentador das páginas de Facebook dos três jornais selecionados, para verificar como as variáveis traçadas se aplicam sobre este debate.

A maior parte das pesquisas voltadas ao debate público sobre o aborto diz respeito à abordagem dada ao tema por veículos de comunicação, com investigações que analisam o enquadramento jornalístico, os diferentes vieses da discussão e/ou a repercussão das matérias na opinião pública, como é o caso do impacto deste assunto sobre as eleições presidenciais de 2010 no Brasil, disputadas por Dilma Rousseff e José Serra (Fontes, 2012).

Nestes casos, as pesquisas tendem a encontrar evidências de instrumentalização do debate como ferramenta eleitoral, mais do que apontar para o cerne do debate sobre a descriminalização (Mantovani, 2016; 2019; Miguel, 2016). Outros aspectos comuns nas investigações sobre o enfoque noticioso sobre o direito ao aborto são a polarização, ou seja, a divisão da discussão entre fontes favoráveis e contrárias à opção de interromper uma gestação, e um tangenciamento do sensacionalismo, empregando dramas pessoais das

personagens para comover ou acompanhando investigações policiais de clínicas clandestinas, mais do que discutir a pauta como uma questão coletiva, política ou de saúde pública (Luna, 2014).

O debate evolui, mas a passos lentos, e muda pouco de roupagem ao longo dos anos. Mais recentemente, ao analisar o enquadramento de quatro veículos de comunicação, identificamos, em uma outra pesquisa (Belin & Rizzotto, 2021, no prelo) que a cobertura noticiosa sobre a questão do aborto é predominantemente episódica, ou seja, faz pouca contextualização do tema dentro de um cenário social ampliado, e o enquadramento é bastante segmentado, com matérias tratando do aborto pelo enfoque da responsabilização das autoridades, consequências econômicas e de saúde pública, mas também pelo viés do conflito, da moralidade e do interesse humano. A religião, contudo, parece interferir no debate de maneira menos evidente, confirmando uma tendência dos meios de comunicação que já vinha desde a década de 1990, quando levantamentos como o de Melo (1997) e Diniz e Castro (2011) já indicavam o encaminhamento do debate noticioso rumo a uma busca por fontes especializadas e técnicas, menos religiosas e ideológicas.

Ao transferir a discussão para a arena da internet, seja em comentários em portais de notícias ou em redes sociais digitais, algumas destas características prevalecem. É comum que tais espaços sejam menos deliberativos, no que tange ao ideal normativo de deliberação, mais dispersos e mais polarizados, beirando a agressividade.

Mesmo enquanto as redes sociais ainda engatinhavam no Brasil, essas questões já apareciam. Alves (2011) analisa os fios de conversação a respeito da temática do aborto em uma rede social atualmente desativada, o Orkut, tendo como objeto de estudo uma comunidade aberta dedicada ao tema, a “Aborto Não”. Neste trabalho, a autora utiliza alguns dos critérios derivados das pesquisas em deliberação para compreender o tipo de conversação que acontece na referida rede social, partindo de requisitos normativos para que se verifique a presença da deliberação. A autora observou que a presença de moderadores no grupo evitou a intensificação de embates mais calorosos, mas que agressões e manifestações de desrespeito eram frequentes, redirecionando o foco da conversa para a ofensividade, ao invés de mantê-la em torno da argumentação saudável e racional.

Em pesquisa que contemplou análise de publicações e comentários em três redes sociais —Twitter, Youtube e Facebook— em comparação com o debate presencial sobre a descriminalização do aborto realizado em audiência pública no Supremo Tribunal Federal, (Rizzotto, Hoshino, Marioto, Belin & Liebel, 2021, no prelo), notamos um maior engajamento dos indivíduos em debates presenciais do que naqueles mediados pelas redes sociais. As conversações presenciais demonstraram também mais engajamento e mais reflexividade e tanto as conversas presenciais quanto aquelas online demonstraram estarem ainda muito pautadas no conflito (Rizzotto et al., 2021). Na ocasião,

a investigação apontou para a predominância de comentaristas contrários à descriminalização do aborto e um debate pautado em argumentos como a vida iniciada no momento da concepção, de um lado, e a importância de assegurar a autonomia decisória e a saúde da mulher, de outro.

Esse argumento, o da autonomia de decisão, ou o que chamamos de posicionamento “pró-escolha” é um dos elementos frequentemente mobilizados pelas ativistas favoráveis ao direito ao aborto. Em uma análise de comentários realizados em páginas de três periódicos irlandeses por ocasião da votação para descriminalizar o aborto na Irlanda, Sambaraju e colegas (2017) examinam a questão da “escolha” a partir da perspectiva da psicologia para verificar a operacionalização deste argumento para fins deliberativos tanto entre os contrários quanto entre os sujeitos favoráveis. Os autores perceberam que a preocupação com o direito de decidir é usado também na argumentação contrária, no sentido da negação do direito à escolha pelo feto, e que o uso dessa argumentação direciona a discussão para um contexto de individualização, e não de coletividade.

Alguns desses resultados vão ao encontro do que identificamos. O próximo tópico traz um detalhamento sobre a construção do corpus e as ferramentas metodológicas empregadas na observação dos comentários. Em seguida, é apresentada uma discussão sobre os resultados observados.

3. Material e métodos

Conforme mencionado anteriormente, para o propósito desta pesquisa foram selecionadas 35 postagens nas fanpages no Facebook dos jornais El País Brasil, Estadão e O Globo, realizadas entre junho e agosto de 2018. Juntas, essas postagens somavam 13.979 comentários. A fim de viabilizar a análise de maneira confiável e qualificada, foi extraída uma amostra aleatória dessa população. A partir de um cálculo de amostragem estatístico com erro amostral de 2% e nível de confiança de 99%, foi definido um recorte de 3207 comentários, selecionados aleatoriamente. A codificação foi realizada pelas duas autoras seguindo metodologia descrita no projeto da pesquisa desenvolvido por Rizzotto (2018), cujo livro de códigos⁵ orienta este artigo.

A análise de conteúdo permitiu verificar, em primeiro lugar, o grau deliberativo das conversações acerca da descriminalização do aborto através de variáveis traçadas com base em Stromer-Galley (2007) que descrevem o tipo de pensamento contido no comentário; o turno da fala; o tema; a forma; a justificação expressa da opinião e a fonte da justificativa. Era um objetivo também verificar as estratégias retóricas utilizadas enquanto alternativa ao discurso racional, bem como os recursos argumentativos acionados para tanto (Dryzek, 2007; Mansbridge, 2007; Young, 2001).

5 O livro de códigos no qual a análise se baseia foi elaborado por Rizzotto (2018) e pode ser acessado em <https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/62>.

Em primeiro lugar, foi verificado o posicionamento (V1) do comentarista, o que permitiu cruzamentos e comparações entre as estratégias comunicativas dos diferentes grupos que participaram deste debate polarizado. Feito isto, a segunda variável se refere ao tipo de pensamento (V2). São *sociais* aqueles comentários com finalidade relacional, que buscam estabelecer laços com outros participantes. Os comentários caracterizados como *meta-conversa* são referentes à estrutura da fala ou aos indivíduos envolvidos no debate e não à temática em si e os do tipo *problema* tratam de quando o sujeito expressa sua visão sobre determinada temática, ainda que não relacionada à descriminalização do aborto. As três categorias citadas são binárias, um mesmo comentário pode apresentar mais de um tipo de pensamento e precisa conter pelo menos um dos três tipos.

O turno da fala (V3) se relaciona à medição da reciprocidade, uma vez que o envolvimento em diálogos sinaliza o engajamento do indivíduo. O tema (V4) é outro sinal de engajamento, pois permite medir se os participantes estão promovendo uma consideração aprofundada do assunto; dessa forma comentários *off-topic* demonstram que não há qualquer engajamento, pelo contrário, frequentemente há intenção de tumultuar a conversa em curso. Os comentários *on-topic* são divididos em relacionais e estruturais. *Estruturais* são os que abordam a descriminalização do aborto na Argentina. Os *relacionais* tratam da temática do aborto enquanto prática, porém desconsideram a questão legislativa, central para a discussão.

Quanto à forma (V5), os comentários classificam-se em: *declaração ou afirmação*; *ponto de vista oposto*, quando apresenta argumentos contrários seja em relação à notícia seja em relação à opinião de algum outro comentarista; *esclarecimento*, seja de fala própria ou de terceiros através do fornecimento de dados ou da reiteração do que foi dito; *questionamento*, através da elaboração de perguntas genuínas, sejam elas direcionadas a algum indivíduo específico ou proferidas de forma generalizada; *proposição de solução*, quando fornece solução para o problema, dizendo como “deveria ser”; *chamada para ação*, convocando os participantes para agirem em relação ao tema ou convocando indivíduos até então alheios ao debate; e, por último, *estabelecimento de conflito*, que tem como principal função manter conflito com indivíduo específico ou com grupos situados em pólos opostos.

A racionalidade (V6), também binária, se relaciona com a “justificação expressa da opinião, evidenciada nas asserções verificáveis a partir de evidências” (Rizzotto, 2018, p.10), ou seja, não se tratam de comentários “não-emocionais”, mas que ancoram seu posicionamento em justificativas. O tipo de justificativa é medido através da variável fonte (V7) que pode ser *pessoal*, ou seja, quando o participante não explicita de onde retirou as informações, dando a entender que tratam-se de informações adquiridas ao longo de suas experiências pessoais ou vivências; *midiatizada*, o que inclui também sites de internet não-noticiosos, depoimentos em perfis pessoais de redes sociais e vídeos; *religiosa*;

científica ou *outra*. Nesta última categoria, se encaixaram no percurso da análise fontes jurídicas e outras fontes indeterminadas. Quando não há racionalidade, conseqüentemente não se apresenta fonte de justificativa, portanto, assinala-se a categoria *não se aplica*.

Finalmente, as estratégias retóricas e os recursos argumentativos são variáveis relacionadas ao que sugere Young (2000, 2001) sobre formas de comunicação mais permeáveis aos diferentes grupos serem somadas à argumentação no processo de discussão política. Ela visa que as diferenças culturais ou de perspectiva social sejam compreendidas como recursos da discussão democrática e não como divisões ou problemas a serem superados.

A estratégia retórica (V8) é medida em dois níveis, um principal e um secundário, o que significa que pode haver mais de uma estratégia em um mesmo comentário. Estas podem ser *propositivas* ou *pragmáticas*, quando o comentário constrói sua argumentação baseado em efeitos ou conseqüências práticas da descriminalização do aborto. Também podem ser *sedutoras* ou *emocionais*, quando o comentarista faz uso da persuasão, frequentemente sem justificar seu posicionamento. Ético-moral ou ideológica, na qual os sujeitos baseiam seu posicionamento em termos de certo ou errado e, por fim, *crítica*, direcionada aos sujeitos ou grupos que compõem o debate. Uma vez que a estratégia retórica se relaciona com o convencimento, ela só existe nos comentários do tipo *problema* (V2). Por fim, os indivíduos podem fazer uso de *ameaça*, *sarcasmo*, *analogia*, *narração* e/ou *insulto* (todas elas variáveis binárias) enquanto recursos argumentativos (V9)⁶ para alicerçar suas estratégias comunicativas.

4. Resultados: dispersão e polarização

As discussões se mostraram, como esperado, bastante polarizadas, havendo pouca neutralidade nos posicionamentos (somente 0,8% dos comentários). Há grande quantidade de comentários com posicionamento indeterminado (41,3%), porque boa parte deles são comentários de simples metaconversa, sem foco no problema, e estabelecer conflito é função primordial de vários deles.

Os comentaristas contrários à descriminalização do aborto são maioria: 36,8%, contra 20,9% favoráveis. Este número reflete o posicionamento geral da população brasileira: pesquisa Datafolha⁷ realizada em dezembro de 2018 mostrou que apenas 6% dos brasileiros são favoráveis ao aborto em qualquer situação e 16% consideram que ele deveria ser permitido em mais situações do que admitido pela lei em vigor.

A tentativa de estabelecer laços, identificada pelo tipo “social”, aparece somente em 10,2% da amostra, quando há frequentemente uma parabenização

6 Agradecemos as contribuições de Viktor Chagas e Rodrigo Carreiro para o aprimoramento das variáveis relacionadas às estratégias retóricas e aos recursos argumentativos.

7 Disponível em <https://bit.ly/3iDeWlQ>. Acesso em: 21/07/2021.

do interlocutor, como, por exemplo, em: “*Rozana, o seu foi o melhor comentário. Você está coberta de razão*”.⁸

Comentários de metaconversação e problema têm frequência de 60,4% e 66,7% respectivamente. A metaconversação indica que os participantes se preocupam com a forma do debate, já o problema aponta para uma preocupação com o conteúdo. Para Stromer-Galley (2007), a presença de metaconversação é positiva para a deliberação porque indica engajamento, já que as discussões sobre a forma da conversação só ocorrem se há reflexão sobre o que foi dito ou entendido pelos outros. Entretanto, dentre os comentários desse tipo presentes na amostra, é frequente a desqualificação do outro, daquele que não se faz entender.

Metade dos comentários são respostas a outros participantes (50,2% contra 49,8% de comentários novos). Este também é um indicador de engajamento, segundo Stromer-Galley (2007, p. 12). A autora sugere que, se os comentaristas preferem utilizar o espaço dos comentários para elaborar ou desenvolver seu próprio raciocínio, ao invés de responder outros participantes, é mais provável que exista menos diálogo, já que há pouca interação e o espaço é utilizado mais para provar seus próprios pontos ou elaborar seus argumentos, ouvindo menos os outros.

À guisa de comparação, na pesquisa realizada pela autora, que analisava conversações face-a-face acerca do problema enfrentado pela cidade de Pittsburgh em relação ao fechamento de escolas públicas devido ao declínio da taxa populacional, somente 6% das intervenções eram novas. Assim, é possível afirmar que há baixo engajamento nas caixas de comentários analisadas. À alta frequência de comentários novos une-se a excessiva repetição de argumentos, mostrando que a maior parte dos participantes usa o espaço para proferir sua opinião e não para expor fundamentos que a embasem.

O tópico do comentário também indica engajamento. Há um alto número de tópicos desconhecidos (36,1%), o que se deve à falta de contextualização do comentário para o analista, já que foram coletados de forma aleatória, perdendo a continuidade das *threads* estabelecidas. Dentre os identificados, 26,9% eram off-topic; 60,5% relacionais; e apenas 12,4% estruturais. Esses resultados apoiam a conclusão acima sobre o nível de engajamento da conversação.

É alto o número de comentários fora do tema, que tratavam principalmente de questões eleitorais, tanto porque as notícias foram publicadas nos meses que antecederam as eleições presidenciais de 2018 no Brasil, quanto porque a temática do aborto possui uma clara cisão entre progressistas e conservadores, que esteve no cerne do debate eleitoral naquele ano.

Outra inferência importante é a de que a discussão em torno da descriminalização do aborto desenrola-se para além da questão jurídica, contida nos comentários estruturais. Mais de 60% das participações (comentários

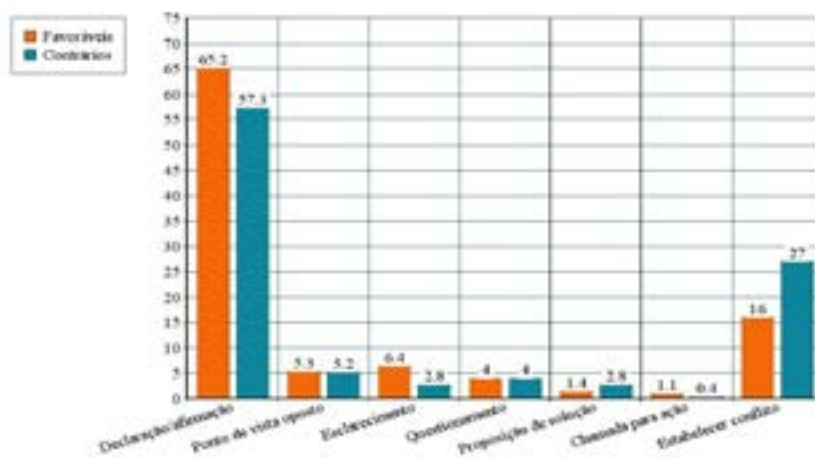
8 Todos os comentários citados como exemplos ao longo do artigo foram extraídos do corpus.

relacionais) abordam o aborto enquanto prática, se declarando contrários ou favoráveis à realização do aborto e não à sua descriminalização.

Alguns comentários chegam a levantar essa incompatibilidade: “*Se você engravidar um dia, é só não abortar*” é um exemplo de comentário que segue nesta linha. Porém, mesmo entre os defensores da descriminalização, a argumentação gira mais em torno da não existência de vida no feto. Ao ressaltar os aspectos jurídicos e de saúde pública envolvidos no debate, em detrimento dos aspectos biológicos e morais, as ativistas em defesa deste direito fortalecem o debate e tornam mais efetiva a comunicação política.

Quanto à forma do comentário, o Gráfico 1 permite visualizar as diferenças entre os grupos “anti-aborto” e os que são “pró-escolha”:

Gráfico 1. Diferenças entre os grupos “anti-aborto” e os que são “pró-escolha”



Fonte: Elaboração própria

Ainda que fundamentalmente semelhantes entre si —com baixo índice de comentários que apresentavam argumentos opostos de forma respeitosa, que forneciam esclarecimentos, faziam questionamentos, propunham soluções ou convocavam outros para agir—, os dois grupos diferem quanto às formas mais frequentes. Os favoráveis à descriminalização declaram mais (65,2%) sua opinião de forma insulada, sem contra-argumentação, do que os contrários (57,3%); já os contrários predominantemente (27%) estabelecem conflito, mais do que os favoráveis (16%). A despeito dessa diferença, é um indicativo de que em ambos os lados a conversação ocorre de forma desrespeitosa (alto índice de estabelecimento de conflito) e com baixa reciprocidade (baixo índice de contra-argumentação e questionamentos).

As variáveis racionalidade e fonte estão atreladas, já que a fonte se refere ao local de onde é colhida a justificativa da opinião expressa. Há uma importante

diferença entre o grau de justificação entre os grupos favoráveis e contrários. A maior parte (65,1%) dos comentários proferidos pelos sujeitos favoráveis à descriminalização do aborto é racional, ou seja, apresenta justificação da opinião; para os contrários este número cai para menos da metade (48,9%). O comentário abaixo exemplifica a racionalidade tendo como base uma justificativa científica:

[nome de outro comentarista] nao entendi oque vc quis dizer... cérebro q tira vida, da vida???????? O sistema nervoso nao esta formado... seu cérebro nao tem funcionamento cognitivo. Esse inclusive é o motivo de se n sentir dor, nem mesmo a área subconsciente se formou ainda... Vc acha mesmo q vai chegar em um min, em um comentário de facebook e dizer q a ciência moderna esta se contradizendo?!

Já a fonte das justificativas é bastante semelhante entre os dois grupos: a fonte pessoal se sobressai atingindo um índice maior do que 70% em ambos. Consideramos como fonte pessoal os comentários que se justificam a partir da própria vivência ou visão de mundo do sujeito, incluindo aqui “achismos” e senso comum. A mídia é fonte de 2,9% dos comentários favoráveis e 5% dos contrários; a religião é fonte de 3,2% dos favoráveis e 7,6% dos contrários; enquanto a ciência é fonte de 5,7% dos comentários de cada um dos lados. Independentemente da proveniência da fonte, estes dados apontam a uma tendência a tentar justificar seus posicionamentos, o que dialoga com a justificação racional dos argumentos como importante critério deliberativo, conforme apontado por Friess e Eilders (2015) e por Sampaio, Barros e Moraes (2012).

Dá inferimos que: (1) ainda que não contra-argumentem, não estabelecendo, assim, a reciprocidade, os sujeitos progressistas são mais propensos a elucidar seu posicionamento, apresentando “porquês” a respeito de tal, e (2) as comprovações e justificativas apresentadas não possuem o caráter de evidência já que são em grande parte fundamentadas pelo próprio sujeito com base em si mesmo.

As próximas variáveis analisadas traçam as estratégias retóricas e os recursos argumentativos empregados pelos comentaristas.

4.1 Debate movido a paixões

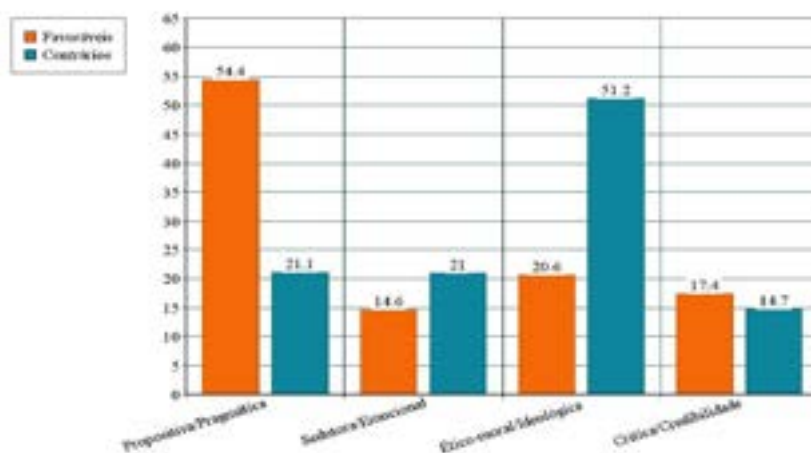
A análise dos elementos relacionados às estratégias e ferramentas que dão forma aos argumentos utilizados pelos indivíduos que comentam nas publicações de Facebook visa identificar correspondência empírica com a corrente de teóricos deliberacionistas que entende as formas comunicativas emocionais como parte essencial do processo deliberativo.

Dryzek (2007) acredita que a retórica, a contação de histórias e até mesmo as piadas podem ser aceitas na deliberação. Mansbridge (2007) defende a importância da emoção no processo deliberativo justificando que através delas o sujeito pesa as opções de maneira mais empática. Da mesma forma, a precursora

dessa concepção ampliada da deliberação, Iris Young (2000; 2001), propõe o que chama de democracia comunicativa como alternativa à democracia deliberativa, uma vez que esta última não leva em consideração as diferenças culturais dos participantes. Para tanto sugere que outras formas de comunicação mais permeáveis aos diferentes grupos sejam somadas à argumentação no processo de discussão político.

As estratégias sempre dizem respeito ao conteúdo do debate, portanto, não são codificadas nos comentários que não se classificam no tipo *problema* (V2). Assim, essa variável responde a que tipo de apelo o indivíduo invoca na exposição de sua opinião e/ou argumento. Neste caso também há uma diferença significativa entre os grupos opostos, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2



Fonte: Elaboração própria

A retórica propositiva é a mais presente (54,4%) dentre os comentários favoráveis, seguida pela ético-moral (20,6%), crítica (17,4%) e sedutora (14,6%). Esses indivíduos são mais propensos a construir sua fala baseados na realidade, ou seja, nos fatos do presente e nas possibilidades futuras decorrentes da decisão política a vir a ser tomada, como no seguinte exemplo:

Retórica propositiva: “Países onde o aborto é legal: EUA, Canadá, Inglaterra, Alemanha, França, Inglaterra, Dinamarca, Austrália, Noruega, Finlândia, Suécia, Itália, Portugal, Espanha, Uruguai, Irlanda, Austrália... Países onde o aborto é ilegal: Venezuela, Afeganistão, Nigéria, Moçambique, Síria, Quênia, Sudão, Angola, Camboja, Colômbia, Líbano, México, Somália, Irã, Haiti [...] E agora na Argentina. Ou seja, só em país “em desenvolvimento” que determinados temas como o aborto são um tabu por causa da bancada religiosa. E o brasileiro “médio” adora dizer que sonha em morar nos países desenvolvidos, de 1º mundo [...]”.

Entre os contrários, a estratégia mais presente é a ético-moral (51,2%), seguida pela propositiva (21,1%), sedutora (21%) e crítica (14,7%). Esses indivíduos, por outro lado, são mais propensos a construir sua fala em termos de certo e errado.

Retórica ético-moral: “Se não fosse uma vida nem de aborto precisaria, se o aborto é uma opção indica que é uma vida, e se é uma vida é consequentemente um ser vivo com corpo biologicamente único. Aborto é assassinato, se quiser apoiar você tem toda a liberdade, agora não venha querer negar a ciência ou com mentiras do tipo o corpo é dela”.

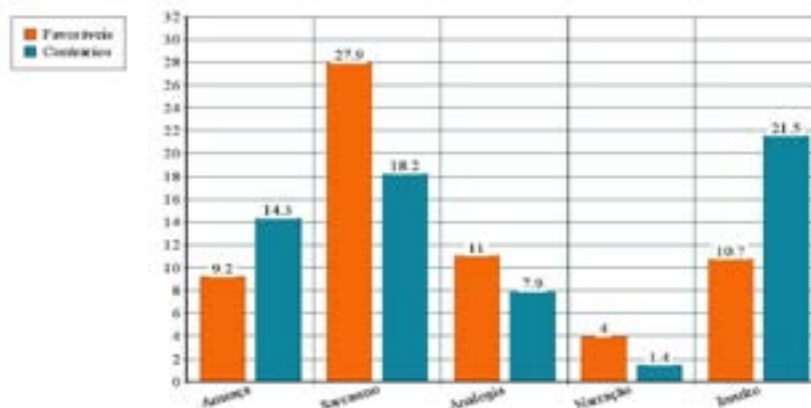
Por último, abordamos os recursos argumentativos, que são: ameaça, sarcasmo, analogia, narração e insulto. Estas variáveis eram binárias, ou seja, era possível identificar a presença ou ausência de cada um dos recursos argumentativos, podendo existir em um mesmo comentário um ou mais recursos argumentativos.

O primeiro deles, *ameaça*, compreendia comentários com tom de responsabilização ou que empregassem a ameaça de consequências, concretas ou não, ao interlocutor. *Sarcasmo*, por sua vez, emprega recursos de ironização, seja com ou sem humor. *Analogia* é um recurso que se baseia na comparação, utilizando ou não figuras de linguagem para esclarecer seu ponto de vista. *Narração* considera comentários que empregam algum tipo de *storytelling*, ou seja, que utiliza a contação de alguma história ou de algum fato para estruturar sua argumentação. Por fim, *insulto* utiliza algum teor de agressividade, xingamentos ou violência na comunicação. Os comentários abaixo exemplificam a presença dos recursos argumentativos listados.

- Ameaça: “O inferno aguarda ansiosamente essas abortistas de merda”.
- Sarcasmo: “Tomando um cafézinho com lágrimas de conservadores”.
- Analogia: “Tenho certeza que muitos a favor do aborto são contra a pena de morte, ou seja, são a favor de um facinora monstro sem noção de amor ao próximo, mas querem matar um ser antes mesmo de ter a chance de nascer”.
- Narração: “Sim crio meu filho sozinho pois não deixei a mãe dele abortar... e essa era a vontade dela... Não me arrependo nem um pouco da decisão q tornei e meu filho é minha maior felicidade dessa vida”.
- Insulto: “Cara é tão difícil a desgraçada exigir do parceiro uso de preservativo e vice e versa. A unica coisa que depois de uma análise criteriosa e aborto por estupro e/ou sem cérebro, fora isso o resto é safadeza de feminazis pilantras”.

Neste tópico, as diferenças entre os grupos também são impactantes, conforme ilustra o Gráfico 3:

Gráfico 3



Fonte: Elaboração própria

Os resultados sugerem que os defensores da descriminalização são mais sarcásticos do que os contrários (27,9% a 18,2%), também fazem mais uso de analogia (11% a 7,9%) e da contação de histórias (4% a 1,4%). Já os contrários ameaçam mais (14,3% a 9,2%) e proferem mais insultos (21,5% a 10,7%). Isso mostra que, de forma específica, a construção das estratégias comunicativas dos indivíduos anti-aborto é mais violenta e conflituosa. Os indivíduos “pró-escolha”, são mais “didáticos” em alguns casos, já que fazem mais uso da justificação, mas também se colocam no debate como “superiores”, e frequentemente não levam a sério as argumentações do grupo contrário.

Retomando o índice de racionalidade total (41,8%) e o índice de estratégias retóricas não-emocionais, ou seja, as propositivas (26,3%) e as ético-morais (26,2%), vemos que a razão é mais presente na conversação online acerca deste tópico do que a emoção. Isso não contraria o que Young (2000) diz sobre o assunto. Ela afirma que as diferentes formas comunicativas não substituem a argumentação, já que, normativamente, a comunicação democrática requer a troca de razões e sua avaliação crítica. Tais formas aparecem combinadas: a saudação, quando presente, precede a troca de argumentos, pois a partir do reconhecimento recíproco dos interlocutores garante-se atenção à argumentação. A retórica acompanha a argumentação, contextualizando-a para a audiência específica. E as histórias (pouco presentes no corpus em questão) compõem a argumentação, facilitando o entendimento para além das diferenças entre falantes e ouvintes.

5. Considerações finais

Uma vez que a maior parte das pesquisas sobre o debate público a respeito da questão do aborto está centrada no análise de notícias e no enquadramento

midático, buscamos, neste artigo, direcionar o olhar sobre a troca de razões sobre esta temática também em ambientes online, buscando verificar o grau deliberativo das conversações online sobre o assunto em espaços digitais abertos.

No corpus analisado, composto por comentários publicados por usuários de internet em publicações de Facebook contendo notícias sobre aborto, foi possível reconhecer uma troca argumentativa em que 20,9% dos sujeitos eram favoráveis à descriminalização do aborto e 36,8% eram contrários. Enquanto os favoráveis majoritariamente declaram sua opinião de maneira intensa, sem contra-argumentação, os contrários tendem, com mais frequência, a estabelecer conflito, e a polarização se manifesta recorrentemente com desrespeito e baixa reciprocidade entre os dois grupos.

A análise permitiu inferir que a racionalidade é presente com mais intensidade entre os sujeitos favoráveis do que nos contrários, mas que, na maioria dos casos, os indivíduos justificam sua opinião tendo como fonte suas próprias experiências, e não embasados em fontes terceiras, a mídia, a ciência, a religião, por exemplo.

Quanto ao tipo de retórica, percebeu-se um predomínio da propositiva entre os comentários favoráveis, enquanto que, entre os contrários, a estratégia de argumentação dominante foi a ético-moral. Além disso, com relação aos recursos argumentativos, a análise demonstrou que o sarcasmo e a analogia estão em maioria entre os defensores da descriminalização, enquanto que a ameaça e os insultos predominam entre os contrários, demonstrando que há uma espécie de didatismo entre os “pró-escolha”, enquanto que os indivíduos “anti-aborto” tendem a não ter seus argumentos levados a sério e a interpretar as informações de maneira relacionada com suas próprias histórias pessoais, o que os leva a comentar com mais alto teor de insulto.

Ao encontro do que foi percebido em pesquisas anteriores (Rizzotto et al., 2021; Belin & Rizzotto, 2021) e também no que é discutido a partir de Sambaraju et al. (2017), o artigo sugere que o direito de decidir sobre o próprio corpo é um dos argumentos centrais das ativistas pró-aborto. Contudo, quando empregam este argumento, os indivíduos favoráveis apontam para a questão de maneira coletiva, não no âmbito do indivíduo.

Ao tratar de uma temática cercada por declarações polêmicas, o presente artigo objetivou proporcionar uma base de dados e informações que contribuam para a compreensão das estratégias discursivas e do tipo de retórica empregada pelos indivíduos quando engajados em conversações online.

A questão pode ser evoluída em futuras pesquisas ao comparar de que forma essas mesmas estratégias e retóricas se comportam quando o tema do debate não é algo tão polêmico —ou seja, valorizando-se o potencial das redes sociais online como o Facebook enquanto ambiente para deliberação e conversação online e o comportamento de seus usuários de acordo com a temática discutida—, ou,

ainda, discutindo que outras formas o debate sobre o aborto pode tomar quando em outros ambientes online ou quando em interações face-a-face.

Referências bibliográficas

- Bächtiger, A., Dryzek, J. S., Mansbridge, J., & Warren, M. (2018). Deliberative Democracy: An Introduction. En A. Bächtiger, J.S. Dryzek, J. Mansbridge, & M. Warren (Eds.), *On Deliberative Democracy*. The Oxford Handbook of Deliberative Democracy. Oxford: Oxford University Press, p.166-181.
- Belin, L. L., & Rizzotto, C. C. (2021) Menos Estigma, Pouco Aprofundamento: Uma Análise de Enquadramento Noticioso sobre o Direito ao Aborto. *Revista Eco-Pós*, 24 (3). Artigo no prelo.
- Bucher, T., & Helmond, A. (2018). The Affordances of Social Media Platforms. En J. Burgess, A. Marwick, & T. Poell (Eds.), *The SAGE Handbook of Social Media*. London: SAGE Publications, p. 233-253.
- Chambers, S. (2009). A teoria democrática deliberativa. En A. Marques (Ed.), *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Diniz, D., & Castro, R. (2011). O comércio de medicamentos de gênero na mídia impressa brasileira: misoprostol e mulheres. *Cad. Saúde Pública*, 27(1), 94-102.
- Dryzek, J. (2007). Theory, Evidence and the Tasks of Deliberation. En Rosenberg, S.W. (Ed.), *Deliberation, Participation and Democracy: Can the people govern?* Nueva York: Palgrave Macmillan.
- Fontes, M. L. A. (2012). O enquadramento do aborto na mídia impressa brasileira nas eleições 2010: a exclusão da saúde pública do debate. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(7), 1805-1812.
- Friess, D., & Eilders, C. (2015). A Systematic Review of Online Deliberation Research. *Policy & Internet*, 7(3), 319-339.
- Habermas, J. (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1995). Três Modelos Normativos de Democracia. *Lua Nova*, 36(1).
- Luna, N. (2017). Morte por aborto clandestino na imprensa: Jandira, Elizângela e Operação Herodes. *Estudos Feministas*, 25(3), 1159-1181. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1159>
- Maia, R. C. M., Rossini, P. G. C., Oliveira, V. V., & Oliveira, A. G. (2015). Sobre a importância de examinar diferentes ambientes online em estudos de deliberação. *Opinião Pública*, 21(2).
- Mansbridge, J. (2007). “Deliberative democracy” or “democratic deliberation”? En S. Rosenberg (Ed.), *Deliberation, Participation and Democracy: Can the People Govern?* Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.
- Mansbridge, J. (2009). A conversação cotidiana no sistema deliberativo. En A. C. S. Marques (Ed.), *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Mantovani, D. (2019). Mídia e estereótipos: as representações da diversidade social no discurso jornalístico. En D. Marques, D. Rezende, M. Mano, R. Sarmento, & V.G. Freitas (Ed.), *Feminismos em Rede*. Porto Alegre: Zouk.
- Mantovani, D. (2016). O aborto e as eleições de 2010: o papel do jornalismo na definição de discursos conservadores. En F. Birolí, & L. F. Miguel (Ed.), *Aborto e Democracia*. São Paulo: Alameda.

- Marques, A. C.S. (2011). Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6 (1), 19-40.
- Melo, J. (1997). A polêmica do aborto na imprensa. *Revista Estudos Feministas*, 5 (2), 406-412.
- Miguel, L.F. (2016). O direito ao aborto como questão política. En F. Biroli, & L.F. Miguel (Ed.), *Aborto e Democracia*. São Paulo: Alameda.
- Rizzotto, C. (2018). *Racionalidade versus histórias de vida: uma análise das estratégias comunicacionais deliberativas em debates polêmicos e polarizados*. [Projeto de pesquisa]. Processo no. 427677/2018-1. Chamada MCTIC/CNPq n. 28/2018. 2018.
- Rizzotto, C. C., Hoshino, C., Marioto, D. J. F, Belin, L. L., & Liebel, V. (2021). Pró-escolha x Pró-vida: análise sistêmica das estratégias comunicacionais nas discussões online e presenciais sobre a descriminalização do aborto. *Contemporanea Revista de Comunicação e Cultura*. Artigo no prelo.
- Sambaraju, R., Sammon, M., Harnett, F., & Douglas, E. (2017). “Her choice of course”: Negotiating legitimacy of “choice” in abortion rights deliberations during the “Repeal the Eighth” movement in Ireland. *Journal of Health Psychology*, 23(2), 263-276. doi:10.1177/1359105317741659
- Sampaio, R. C., Barros, S. A. R., & Morais, R. (2012). Como avaliar a deliberação online? Um mapeamento de critérios relevantes. *Opinião Pública*, 18(2), 470-489.
- Stromer-Galley, J. (2007). Measuring Deliberation’s Content: A Coding Scheme. *Journal of Public Deliberation*, 3(1). doi: <https://doi.org/10.16997/jdd.50>
- Young, I. (2000). *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- Young, I. (2001). Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. En J. Souza (Ed.), *Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UNB.

